

Primo de Collor acusado de favorecer empresas

José Roberto Oliva/AE

Ex-assessor de Euclides de Mello denuncia tráfico de influência no interior de São Paulo

GALENO AMORIM e JOSÉ ROBERTO OLIVA

PRESIDENTE PRUDENTE — Assim como o ex-tesoureiro da campanha Paulo César Farias, parentes do presidente Fernando Collor estão sendo acusados de envolvimento em tráfico de influência. O esquema, montado no Interior de São Paulo, seria integrado pelo deputado federal Euclides de Mello (PRN-SP) e utilizaria seu prestígio junto ao presidente para beneficiar empresas interessadas em vencer concorrências para obras públicas ou em continuar mantendo bom relacionamento com órgãos federais.



A denúncia foi feita pelo advogado alagoano Ednaldo Soares da Silva, ex-assessor de Mello, que depôs segunda-feira na Delegacia da Polícia Federal de Presidente Prudente, onde mora. Ele confirmou ter sido o intermediário em pelo menos um negócio, em que o primeiro-primo teria recebido US\$ 1 milhão da Construtora Campoy em tro-

ca de apoio para vencer uma concorrência de construção de 3 mil casas em Presidente Prudente. "Nunca aceitei participar daquela sujeirada e, desgostoso e assustado, deixei a assessoria depois de quatro anos."

Propina — "Fui procurado em fevereiro de 1990 por um representante da Campoy, que se dizia interessado em entrar no esquema do Euclides e estava disposto a dar US\$ 1 milhão para a campanha dele a deputado federal em troca da construção de um conjunto habitacional", contou. "Eu próprio avisei o Euclides, que ficava hospedado na Academia de Tênis, em Brasília, e ele me orientou a marcar um encontro com os representantes da empreiteira no seu escritório da Rua Curitiba, em São Paulo", acrescentou. O dinheiro, segundo outro assessor, teria sido depositado em uma agência bancária de Marília.

O diretor-administrativo da Campoy, João Quintanilha, negou qualquer envolvimento da empresa com o pagamento de propinas, que, segundo Ednaldo, foram de cerca de 12% do valor do contrato. "É humanamente impossível, um valor ab-

surdo", reagiu ele. "A empresa deu-lhe apenas apoio moral, pois quando veio de Alagoas não conhecia ninguém de São Paulo", completou o vice-presidente Marcos Campoy.

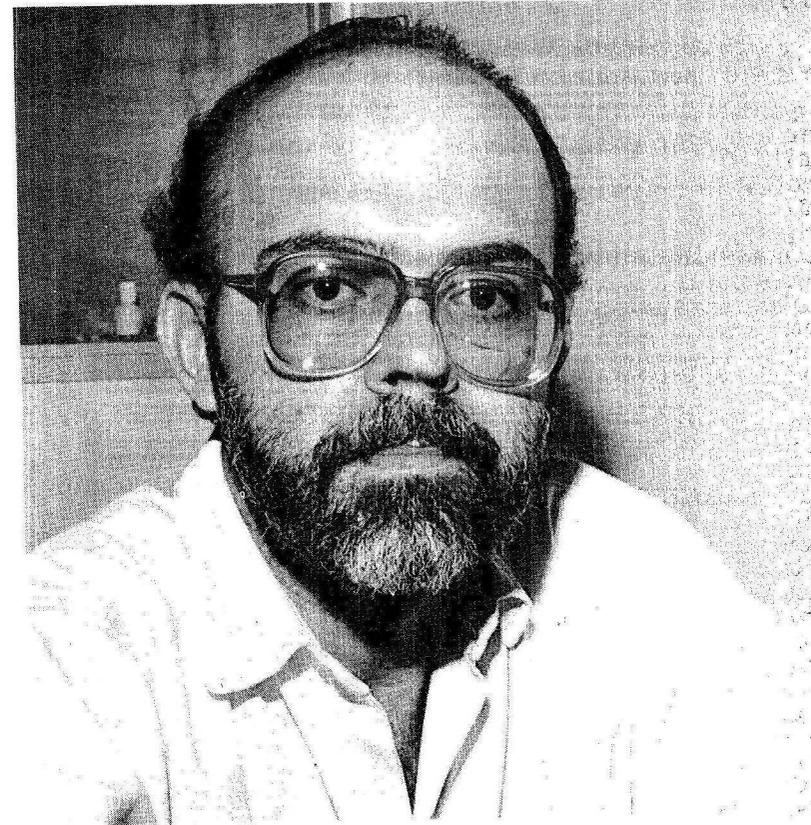
Ednaldo está sendo processado pelo primeiro-primo, por causa de uma entrevista em um jornal de Presidente Prudente onde relatou o episódio. Ele disse que foi ameaçado pelo deputado para não revelar o negócio. O advogado, que disse estar com a "consciência pesada", forneceu detalhes do funcionamento do esquema, confirmados nos últimos dois meses por antigos assessores de Mello, empresários e parlamentares.

Primeiro-irmão — Além de Mello, são acusados de integrarem o esquema empresários e antigos e atuais ocupantes de cargos do segundo escalão do governo federal, nomeados com o apoio do irmão do presidente, Leopoldo Collor. Segundo parlamentares da CPI do caso PC, os negócios movimentaram milhões de dólares nos três últimos anos. "Eles traficavam influência em vários órgãos do governo", garantiu o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) "As indicações

que temos é que o sr. Leopoldo Collor também agia no sentido de realizar tráfico de influência, como irmão do presidente e através de parlamentares."

O primeiro-primo teria espalhado assessores pelo Interior de São Paulo para visitar prefeituras e oferecer obras na área de habitação, saneamento e educação. "Antes do dinheiro chegar, vinha uma empresa na frente para pegar o serviço", contou o prefeito de Sales Oliveira, José Coutinho (PDT), que teve de cancelar uma licitação para construir uma escola depois que a oposição descobriu o superfaturamento da obra.

"O Euclides é uma espécie de PC Caipira", acusou o vereador Daniel Graton (PMDB), que denunciou o que chamou de "licitação viciada" com dinheiro do Ministério da Educação à Polícia Federal. Em outras cidades, como São José dos Campos, onde houve denúncias de superfaturamento em obras de saneamento e habitação financiadas com dinheiro do FGTS, liberado pela Caixa Econômica Federal através do Ministério da Ação Social, os próprios prefeitos confirmam a ajuda recebida do primeiro-primo.



Ajuda ilegal

Silva, ex-assessor de Mello: "A Campoy estava disposta a dar US\$ 1 milhão para a campanha dele"

Deputado nega ter ajudado empreiteira

O deputado federal Euclides de Mello (PRN-SP) negou ontem que tenha recebido dinheiro da Construtora Campoy há dois anos atrás, em troca de conseguir facilidades para que a empreiteira paulista vencesse uma licitação para a construção de 3 mil casas populares em Presidente Prudente, no Interior de São Paulo.

Ele também negou integrar o grupo de políticos, empresários e funcionários do segundo escalão do governo federal que estão sendo acusados de ter montado um esquema de tráfico de influência no Estado, utilizando a proximidade com o presidente Fernando Collor para beneficiar empresas interessadas em vencer

concorrências para obras públicas a serem executadas em municípios de São Paulo.

"Isso é tudo invenção e eu vou provar o que estou dizendo na Justiça", garantiu o deputado. Ele também procurou desqualificar o principal autor das denúncias, seu ex-assessor Ednaldo Soares da Silva, que depôs segunda-feira na Polícia Federal. "É um caluniador", afirmou o primeiro-primo do presidente.

Mello admitiu, porém, ter encaminhado a diversos órgãos do governo federal pedidos para a liberação de verbas públicas nas áreas de habitação, saneamento e educação para dezenas de municípios paulistas. "É minha obrigação enquanto deputado, mas mi-

nhá participação termina aí", afirmou ele.

"Acusações delirantes" — O presidente do PRN de São Paulo, o empresário Leopoldo Collor, irmão do presidente, também negou sua participação em qualquer esquema destinado ao tráfico de influência. Ele atribuiu as denúncias a uma nova tentativa de desestabilizar o governo Collor.

"São acusações delirantes e mentirosas de oportunistas que desejam atingir o presidente da República e tenta obter melhores resultados nas pesquisas eleitorais", respondeu o primeiro-irmão, por intermédio de uma curta nota que foi distribuída ontem por sua assessoria de imprensa.